

As Tribos Celtas de Hallstatt e a Economia de Bens de Prestígio na Legitimação do Poder da Chefia*

Adriene Baron Tacla

Abstract

This paper focuses on the study of the contacts between Massalia and celtic chieftains from the West Hallstatt zone. It impugns the approach of core and periphery by making an analysis of the economy of prestige goods as a way to legitimize celtic aristocracy's social and political rank.

A partir da década de 60, o estudo das relações entre Massália¹ e as tribos celtas da zona ocidental de Hallstatt² tem sido dominado pelas análises de centro-periferia, baseadas na concepção de uma “economia-mundo”, onde Massália representa o centro irradiador da cultura³ helênica e controlador dos contatos com a sociedade de Hallstatt,⁴ que, por sua vez, figura como uma periferia massaliota.

Estas análises não só criam relações de dependência entre estas sociedades como também uma idéia de causalidade, visto que vinculam as mudanças sociais, políticas e econômicas aos contatos interétnicos, considerados como as “causas”, isto é, como os fatores que engendraram ou que, ao menos, aceleraram as mudanças internas na sociedade de Hallstatt. Assim, constróem uma interpretação generalizante e homogeneizante tanto dos contatos, quanto da própria sociedade de Hallstatt. Isto porque, ao centrarem-se na lógica da “economia-mundo”, acabam por interpretar os achados arqueológicos apenas por seu significado geral frente a um con-

* Este artigo consiste em uma versão ligeiramente modificada de um capítulo de nossa monografia de final de curso (para a obteção do grau de Bacharel em História) acerca dos contatos entre celtas e massaliotas nos séculos VI e V a.C., orientada pela Prof.^a Dra. Neyde Theml e cuja pesquisa foi financiada pela FAPERJ.

texto mais amplo, ou seja, o de um “comércio mundial”, sem atentar para a especificidade daquele onde foram encontrados. Em verdade, analisamos de forma superficial, sem questionarem-se acerca dos usos, significados e valores nas relações sociais de cada assentamento, sobretudo porque privilegiam o aspecto material das trocas, em detrimento de seu caráter simbólico e cultural.

Portanto, consideramos “... *um erro explicar os acontecimentos no interior das sociedades tribais simplesmente como reações automáticas ao contato com os Estados*” (Wolf, 1982 *apud* Dietler, 1992, p.402), mormente porque estamos a lidar com sociedades extremamente etnocêntricas, fundamentadas em sua tradição, em sua história e que interagem de acordo com seus próprios valores e interesses, conforme sua própria lógica e ação.

Os trabalhos de Frankenstein (1997), Wells (1980, 1985 e 1995) e Brun (1992 e 1995) privilegiam a perspectiva das relações de troca e comércio como determinantes das relações sociais e políticas na sociedade de Hallstatt, pois que o aumento de complexidade, quer dizer, o processo de mudanças da sociedade de Hallstatt dependeria diretamente do fluxo de bens de prestígio vindos do Mediterrâneo através de Massália, que, desta forma, dominaria as relações de contato.

Então, entendem eles que as interações com Massália transformaram a sociedade de Hallstatt numa sociedade de chefia complexa, onde o chefe e a aristocracia fundamentaram a construção de seu *status* e poder sócio-político no controle do acesso aos bens de prestígio importados do Mediterrâneo. Através desses contatos, novos bens, novas matérias-primas e técnicas de produção foram inseridos na sociedade de Hallstatt, provocando, por um lado, a especialização dos ofícios e estimulando a produção de bens luxuosos para o consumo da aristocracia e dos chefes. Ao mesmo tempo, por outro lado, teriam provocado o aumento da produção agrícola e extrativista de produtos de interesse dos massaliotas — tais como cereais, peles, couro, lã, mel, cera, resina, estanho e, talvez, escravos — (Wells, 1985, p.72), possibilitando a obtenção de excedentes, destinados às trocas por bens de prestígio (vasos de cerâmica e bronze, vinho, azeite, âmbar e coral) essenciais nas transações sociais, isto é, na manutenção da rede de redistribuição e da competição por *status*. Essa produção de excedentes e estas trocas comerciais promoveram, ao mesmo tempo, o crescimento dos povoados e aldeias que tinham maior contato com Massália e o enriquecimento e o aumento do poder dos chefes, transformando essas aldeias e povoados em grandes centros de produção artesanal e de redistribuição de recursos, quer dizer, em “centros princi-pescos” (*Fürstensitzen*).⁵

De acordo com este modelo, a sociedade de Hallstatt consistia num subsistema da “economia-mundo” mediterrânea, ou seja, uma periferia econômica massaliota, onde alguns “centros principescos”⁶ dominavam o ambiente, controlando as “fazendas” isoladas, os povoados e aldeias dispersos pelo território e, desta forma, instituindo uma hierarquização da própria chefia — subdividida em chefes de aldeias, sub-chefes, chefes “vassalos”⁷ e chefes soberanos. Segundo Frankenstein (1997, pp.235-236), esta hierarquia baseava-se na construção de uma rede de alianças e de reciprocidade entre as chefias das linhagens e das tribos, conforme o prestígio e o poder acumulados pelos chefes.

Importante se faz destacar que, nesta concepção, o prestígio de um chefe residia em sua capacidade de fazer alianças, ou seja, em sua capacidade de obter “... *objetos preciosos necessários para as transações sociais...*”, inclusive para o casamento⁸ e o pagamento de dívidas sociais (Frankenstein, 1997, p.235).

Desta forma, o processo de centralização da sociedade de Hallstatt resultou das disputas entre os chefes das diversas tribos e aldeias pelo controle do acesso aos recursos materiais — tanto os advindos do excedente da produção local quanto os oriundos do comércio de longa distância com o Mediterrâneo — a fim de aumentarem seu prestígio e, então, manterem as redes de alianças e fidelidade, constituídas sobre a reciprocidade e a redistribuição. Isso implica que “*um chefe dominante tem que distribuir uma quantidade suficiente de bens de prestígio entre seus subordinados. Se não o fizer, seu status superior se debilitaria, já que seus dependentes redistribuem, por sua vez, entre seus próprios dependentes*” (Frankenstein, 1997, p.238).

Logo, vemos que o chefe soberano torna-se o centro dessa sociedade em virtude de seu papel de “...*distribuidor da riqueza tribal (...), equilibrando o consumo e estimulando a atividade produtiva*” (Rede, 1996, p.112), controlando, outrossim, não apenas os “centros principescos”, mas também o campo, fazendo convergir para si mesmo os recursos, que seriam destinados ao comércio com Massália para adquirir bens de prestígio.

Nesse sentido, Brun (1992, p.392 e 1995, pp.22-23) considera que os chefes locais atuaram como intermediários entre Massália e as comunidades por eles controladas, porquanto o centro, isto é, Massália precisava de intermediários para explorar a periferia (o “complexo” céltico do Norte e da Europa Central). Mas a grande quantidade de fragmentos de louças comuns de cerâmica cinza de fabricação massaliota encontrada nos “centros principescos”, como por exemplo em Mont Lassois, indica a presença, mesmo que temporária, de mercadores massaliotas (Baray, 1997, p.257)

e remete a uma política do regime oligárquico de Massália destinada a promover os contatos com os celtas de Hallstatt ocidental (Shefton, 1994, p.68).

Entretanto, este modelo de interação, que pressupõe a existência de uma relação de tipo centro-periferia — onde o centro determina os termos da relação, os produtos a serem trocados e consumidos, ao mesmo tempo que “influencia” na criação de um *status* aristocrático e na construção da base de poder da aristocracia céltica, tornando a aristocracia céltica dependente de Massália, isto é, do comércio de longa distância para manter a sua posição social e política, enfim, o seu poder — é fortemente contestado por Dietler (1989 e 1992), Arafat e Morgan (1994).

Primeiro, porque, este modelo não é adequado para a análise do caso grego, visto que tanto no período arcaico quanto no período clássico é impossível determinar a existência de um centro, isto é, a predominância de uma *pólis* sobre todas as demais, ou mesmo delimitar uma região de semi-periferia — uma vez que todo o Mediterrâneo constituiria uma periferia. Depois, porque, ao contrário do que este modelo demonstra, os contatos entre Massália e as tribos celtas da zona ocidental de Hallstatt eram muito tênues, frágeis mesmo, e de regularidade incerta, pois a rota de penetração no interior da França e da Europa Central era muito perigosa e exigiria a criação de alianças com inúmeras tribos pequenas a fim de assegurar a passagem dos mercadores.

Em verdade, não acreditam esses autores que os mercadores massaliotas explorassem o interior da Gália. Ao invés, consideram mais provável que os bens de prestígio oriundos do Mediterrâneo chegassem até a Europa Central através dos chefes de tribos celtas assentadas na Provence e no Languedoc, que atuariam como intermediários, a fim de obter os bens e matérias-primas de que necessitavam, principalmente metais, que eram escassos nesta região (Dietler, 1989, pp.131-132 e Arafat e Morgan, 1994, p.126).

Contestam os mesmos autores, assim, as hipóteses tradicionais acerca dos interesses massaliotas no contato com o interior da França e com a Europa Central para a aquisição de estanho, escravos e grãos.

Dietler (1989, p.132) aponta a fragilidade da hipótese da rota do estanho da Cornualha — defendida por Joffroy (1960, pp.144-146) e Villard (1960, p.141), porquanto as evidências da Inglaterra demonstram que, neste período, o estanho explorado na Cornualha era de aluvião e seu volume era incompatível com a demanda de uma rota comercial. Logo, entendemos que o estanho, assim como uma grande quantidade de outros metais (cobre, prata, ferro, bronze) era obtido através de Emporion, uma colônia focéia na Península Ibérica (Benoit, 1965 *apud* Wells, 1980, p.63).

Concluimos assim, que, a partir das evidências de contatos entre celtíberos e as tribos celtas de Hallstatt e La Tène da Europa Central (Lenerz-de Wilde, 1995, p.544), Massália trocava produtos artesanais celtas da Europa Central — considerados como bens de prestígio entre iberos e celtíberos (Lenerz-de Wilde, 1995, p.550) — pelos metais de que necessitava.

Dietler (1989, p.133) assinala, outrossim, a impossibilidade de se comprovar o comércio de escravos entre celtas e massalotas, posto que não há quaisquer evidências que sustentem esta hipótese, a qual, segundo Arafat e Morgan (1994, pp.129-130), alicerça-se em generalizações de evidências do período romano para o arcaico, assim como do caso ateniense para todo o mundo grego — já que, salvo o caso de Siracusa, não há informações sobre escravidão nas colônias gregas.

Da mesma forma, Arafat e Morgan (1994, pp.128-129) questionam a hipótese da necessidade de Massália importar grãos regularmente para alimentar sua população ou para atender à demanda ateniense, visto que

“com exceção de Pithekoussai, é difícil pensar em qualquer colônia grega que não tivesse acesso a bens agrícolas suficientes para alimentar sua população através de cultivos intensivos e até de territórios coloniais...” (1994, p.128).

Isso significa que, no seu entender, Massália poderia obter grãos para alimentar sua população a partir de sua *chôra* ou das demais colônias focéias, ao mesmo tempo que, não haveria razão para Atenas buscar suprimento de grãos no ocidente, a despeito de sua grande demanda, porquanto “a importação de grãos de qualquer fonte ocidental não é atestada em Atenas até o IV^o século a.C., não havendo nenhuma evidência de que a colonização tenha algo a ver com a provisão de um suprimento regular de grãos...” (Arafat e Morgan, 1994, p.129).

Todavia, apesar de concordarmos com as críticas ao comércio de escravos e de grãos, verificamos que a hipótese dos chefes das tribos do sul da Gália como intermediários entre Massália e a zona ocidental de Hallstatt não nos permite explicar a variação na freqüência de bens oriundos do Mediterrâneo encontrados na própria zona ocidental de Hallstatt.

A quantidade de bens importados encontrados nos sepultamentos e de fragmentos de cerâmica massaliota,⁹ ática e jônica encontrados nos assentamentos do Leste da França são muito superiores aos achados na Europa Central; o que nos leva a concluir que a freqüência e a intensidade dos contatos entre celtas e massalotas variava conforme a proximidade com o Mediterrâneo e de acordo com os interesses em questão, especialmente em virtude da representatividade, isto é, do valor que os objetos

importados possuíam na “disputa social” de cada tribo celta. Por outro lado, a idéia de intermediários empreendendo o “comércio” do vinho e demais bens de prestígio (mediterrâneos) no interior da Gália e na Europa Central, nos parece incompreensível, uma vez que estes bens consistem em produtos diplomáticos, quer dizer, “presentes principescos” com a finalidade de assegurar, de ratificar alianças (Roman, 1997, p.254), devendo, portanto, caracterizar-se como inalienáveis, eis que destinados aos chefes e à aristocracia celta. Assim, fica uma questão: os chefes-intermediários não utilizariam, por exemplo, o vinho — o produto importado mais freqüentemente encontrado no sul da França — como um signo de poder e prestígio?

Ora, até o final da primeira Idade do Ferro, as tribos do Sul da Gália possuíam “... *uma mobilidade territorial ligada essencialmente ao ritmo do esgotamento dos solos ou mais simplesmente sazonal*” (Arcelin, 1992, p.308) e uma hierarquização frágil, com pequena, porém crescente, distinção estatutária. Nestas tribos, de acordo com Dietler (1995, p.68), o vinho estava incorporado à prática do banquete nativo e “... *era usado para a mobilização e manipulação de poder político informal, por meio da hospitalidade competitiva*”. Donde temos que, para as tribos do sul da França, o vinho consistia num meio de obter prestígio e poder político ou até mesmo objetos de valor (não perecíveis), porque relacionado à hospitalidade e ao banquete. Mas isso não quer dizer que esses chefes intermediassem o comércio do vinho ou mesmo o comércio de bens de prestígio. Se nos remetermos ao argumento acima mencionado de Dietler, Arafat e Morgan, que situam o comércio de bens de prestígio orientado pelo interesse dos chefes-intermediários em obter metais ou bens feitos em metais, como poderíamos explicar a raridade dos bens de prestígio importados na Europa Central? Por que os vestígios de bens importados do Mediterrâneo são raros na Europa Central, se os metais eram tão necessários para as tribos da Provence? A questão dos interesses não é tão simples quanto parece e ainda permanece em aberto.

Nós, por conseguinte, entendemos que o mais provável ainda é a idéia do contato direto entre mercadores massaliotas e os chefes das tribos da zona ocidental de Hallstatt. Se nos deixássemos levar pela idéia das dificuldades da rota do Ródano estaríamos também a negar a existência de outras rotas comerciais na antigüidade e inúmeras questões ficariam por responder, como por exemplo a forma pela qual chegaram peças de seda até os chefes de Hallstatt ocidental, ou mesmo como teriam chegado até eles o coral (encontrado em diversas peças artesanais) e o âmbar? Seria por intermédio dos chefes da Provence? Não cremos. Portanto, ain-

da que as lacunas sejam inúmeras, permanecemos com a idéia do contato direto entre celtas e massaliotas. Porém, há de se responder à questão dos interesses.

Segundo Miranda Green (1997, p.4), era o sal um dos produtos presentes nas trocas com os chefes celtas. Mas seria ele o único?

As hipóteses acerca dos produtos fornecidos pelos celtas aos mercadores massaliotas são calcadas em textos gregos e romanos tardios. Supõem-se que esses produtos, em sua maioria, fossem perecíveis, tendo em vista que não foi encontrado nenhum vestígio arqueológico dos mesmos. Portanto, não há como afirmar categoricamente que produtos eram fornecidos pelos celtas. Em verdade, só podemos supor que — já que foram descartadas as hipóteses do estanho, dos escravos e grãos — os celtas fornecessem, além do sal, peles de animais, couro, madeira, cera, mel e resina (produtos naturais obtidos nas florestas), tal como sugere Wells (1985, p.70).

No entanto, essa sorte de produtos os massaliotas poderiam obter dos celtas da Provence, porque, por exemplo, em Saint-Blaise havia minas de sal sendo exploradas nesta época. Então, a questão ainda permanece: por que dos contatos com os celtas da Europa Central e do Leste da França?

Poder-se-ia sugerir, aqui, uma hipótese análoga àquela proposta por Brun (1992, p.395) para a desagregação do sistema de Hallstatt,¹⁰ ou seja, a da concorrência entre as regiões. Tais produtos poderiam ser adquiridos pelos mercadores massaliotas a custos menores com os chefes celtas da zona ocidental de Hallstatt, do que com os chefes da Provence; o que tornava esses contatos interessantes para os mercadores massaliotas, mesmo com os perigos de uma rota pelo interior e com a necessidade de estabelecer alianças com inúmeras tribos a fim de garantir a segurança da própria rota. Os gregos tinham a concepção de que as despesas não podiam ultrapassar os ganhos; e como, para eles, as necessidades dos homens eram finitas (Theml, 1998b, p.43 e nota 69), ou seja, não havia como criar novas necessidades que levassem a novos ganhos, era preciso reduzir as despesas na obtenção dos produtos — trocando menos por mais.

Sabemos, entretanto, que a demanda indígena pelos objetos massaliotas e etruscos era muito específica e seguia a lógica política do consumo (Dietler, 1992, p.402), de forma que os objetos consumidos eram “determinados” não pelo centro e sim pela *sede céltica* — como enfatiza Dietler (1992, *passim*), ou seja, pelo interesse dos chefes e da aristocracia celta em determinados bens de prestígio — vinho e serviços de bebida (taças, vasos, jarros) — que podiam ser incorporados aos seus costumes, à sua tradição.

O vinho, por exemplo, tornou-se um importante elemento de distinção social, não por ser importado, mas porque foi associado ao consumo do hidromel¹¹ — a bebida dos deuses — no banquete (prática tradicional da hospitalidade¹² céltica); o que confere ao vinho um destacado lugar social no ritual, porquanto o converte numa bebida, ao mesmo tempo, dos deuses e dos chefes (homens) (Roman, 1997, p.255). Esse destaque, contudo, se deve, também, ao caráter do vinho como “presente diplomático” e, por conseguinte, como elemento essencial no ritual de hospitalidade, haja vista que sob a forma de presente ele se torna um elemento chave na formação das redes de alianças, servindo, outrossim, para reforçar a hierarquia social e política; o mesmo se dando com a associação dos serviços de bebidas importados às louças de produção local.¹³

Os celtas adotaram, então, não o *symposion* grego e sim uma bebida (vinho) e determinados utensílios (serviços de bebida), que incorporaram à sua tradição, aos seus costumes, a seu modo de beber (Dietler, 1992, p.406).

Nesse sentido, Osborne (1996, p.39) afirma que a cerâmica ática (exportada) era produzida conforme a demanda de cada mercado em particular, donde temos que os chefes celtas só importavam as cerâmicas que possuíam uma valorização simbólica dentro de sua sociedade, uma vez que associadas às práticas tradicionais e aos bens de luxo de produção local. Assim sendo, estes bens de prestígio foram “... *aceitos por sua afinidade com as práticas culturais já existentes, mais do que como novidades ou presentes com o poder de mudar a ação social*” (Arafat and Morgan, 1994, p.124).

Com efeito, os objetos são construções culturais, cujo valor é socialmente adquirido, isto é, seu valor simbólico, social e econômico varia de uma sociedade para outra, de modo que a incorporação de bens importados à cultura de Hallstatt implica a atribuição de uma valorização indígena (céltica) — um valor simbólico distinto daquele do seu local de produção — aos bens importados, porque são vistos, pensados de formas distintas em cada cultura e possuem um significado diferente em cada sociedade.

O significado e a carga simbólica de um objeto são exteriores a sua forma e uso cotidiano, residindo, por vezes, em sua “...*associação com a fama de seu proprietário, histórias ancestrais, segredos, santidades e valores estéticos e econômicos*” (Weiner, 1994, p.394), bem como na tentativa de mantê-lo fora das trocas internas, ou seja, fora da rede de redistribuição. Deste modo, os objetos de grande densidade simbólica¹⁴ tornam-se politicamente evidentes à medida que, ao invés de serem redistribuídos para toda a sociedade, são acumulados sob a forma de um

capital simbólico¹⁵ que ratifica a diferença hierárquica de seu proprietário, legitimando, através de seu *status* diferenciado e de seu caráter singular, o *status* social e político daquele que o possui.

Consideramos, destarte, que os bens de prestígio vindos do Mediterrâneo, assim como os bens produzidos localmente, circulam na sociedade de Hallstatt a partir da densidade de sua carga simbólica, porquanto os bens mais raros, de caráter singular e inalienável e, portanto, de maior destaque estatutário são acumulados pelos chefes, enquanto os bens mais frequentes (por exemplo: coral, âmbar, cerâmicas de pasta clara massaliota, jóias em bronze ou ferro) — e que, portanto, possuem menor carga simbólica — são redistribuídos para aqueles mais próximos aos chefes, isto é, para os integrantes da aristocracia.

Os bens de maior densidade simbólica consistem em “presentes diplomáticos”, isto é, presentes de amizade ritualizada — tais como a cratera de Vix, o caldeirão de Hochdorf, a *hydria* de Grächwil e o tripé de Grafenbühl — confeccionados especialmente para serem oferecidos como “presentes de Estado”¹⁶ (Wells, 1980, p.77), a fim de estabelecer o contato, atenuando os conflitos iniciais e a fim de consolidar os laços entre os estrangeiros e os chefes celtas, criando alianças políticas. Estes “presentes de Estado” chegariam até a sociedade de Hallstatt por outros mecanismos que não os dos demais bens de prestígio (Wells, 1980, p.77), porque estes constituiriam relações comerciais e aqueles criariam relações políticas (contatos, alianças iniciais), ou seja, os “presentes de Estado” seriam oferecidos num primeiro momento, quando do estabelecimento dos primeiros contatos, precedendo as trocas de bens de prestígio de menor carga simbólica Segundo Theml (1998a, p.29), “os laços de amizade ritualizada não uniam somente os indivíduos. Seus descendentes também os compartilhavam”.

Verificamos, contudo, e como evidenciam os achados das tumbas dos chefes de Hohenasperg, que a cada novo chefe novas alianças, ou seja, novos laços de amizade ritualizada eram estabelecidos, eis que cada uma das tumbas contém um presente de amizade ritualizada de grande densidade simbólica. Portanto, entendemos que a manutenção dos contatos com sucessivos chefes celtas de Hallstatt não implica a perpetuação dos *mesmos* laços de aliança e amizade.

Em verdade, temos que os laços de amizade ritualizada entre os mercadores massaliotas e os chefes celtas de Hallstatt possuíam um caráter pessoal e intransferível, principalmente porque os presentes que os simbolizavam eram enterrados com os chefes mortos.

Desta forma, a cada novo chefe consagrado, novas alianças eram feitas, novas trocas de presentes eram empreendidas, tanto para evitar

guerras e obter aliados, quanto para manter as rotas comerciais; o que torna o interior da França e a Europa Central regiões onde predominam relações de reciprocidade, de trocas de presentes e não de consumo de produtos mediterrâneos, fundamentais para a definição do *status* da aristocracia, da chefia celta.

O *status* aristocrático não era definido unicamente pela posse de bens de prestígio importados, mas também de bens de prestígio de produção local (Dietler, 1989, p.130), como demonstram o carro de quatro rodas, fibulas, braceletes, o *torc*, punhais, lanças, flechas, taças e vasos de bronze encontrados em quantidades superiores aos bens de prestígio importados, tanto nos assentamentos, quanto nas tumbas. Em verdade, ousaríamos dizer, especialmente no que se refere à Europa Central, que os bens produzidos pelos próprios artesãos célticos¹⁷ são os bens mais usados para marcar o *status* dos indivíduos, da mesma forma que são os bens que mantêm a própria rede redistributiva.

Em suma, a arte celta, mais do que uma forma de expressão cultural, era um meio de demonstrar o *status* social (Jope, 1995, p.376), pois, por um lado, os bens mais elaborados e ricamente ornados¹⁸ eram entesourados pelos chefes e pela aristocracia e por eles utilizados como símbolo de seu *status* e poder social e político. Por outro lado, os bens mais simples, menos ornamentados,¹⁹ produzidos em bronze ou ferro entravam na rede redistributiva a fim de serem trocados. Assim, e de acordo com Weiner (1994, p. 396), são os bens de pouca densidade simbólica que mantêm as redes de troca e de reciprocidade dentro das tribos, permitindo que os bens de grande densidade sejam acumulados.

Nesse sentido, a acumulação de riqueza e sua ostentação, diferentemente do que Dalton (1977, p.197 *apud* Wells, 1980, p.50) considera, não representa um privilégio concedido ao chefe por seu povo, mas é parte da própria economia de bens de prestígio e do processo de construção da base de poder da aristocracia, onde riqueza e prestígio representam instrumentos de controle social e de acesso ao poder. Logo, contrariamente ao que afirmam Rede (1996, p.112) e Frankenstein (1997, p.238), entendemos que o poder do chefe não residia em seu papel de redistribuidor dos recursos materiais, nem tampouco em sua pessoa ou em sua “posição”, e sim no acúmulo de bens de grande densidade simbólica, que constituem um grande capital simbólico, e no grupo social que o apoiava e do qual ele mesmo fazia parte: a aristocracia.

O poder do chefe é um poder que lhe foi delegado pela tribo e em especial pela aristocracia, é um poder que “... *só se exerce se for reconhecido...*” (Bourdieu, 1989, p.14); quer dizer, “... *é um poder que aquele que*

lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito (...) que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (Bourdieu, 1989, p.188).

Esse poder do chefe reside, sobretudo, em sua condição de guerreiro, em seu *valor como guerreiro*, porque dos guerreiros dependia a segurança dos lavradores, pastores e artesãos, ou seja, da sociedade como um todo. Assim, é que encontramos marcado o caráter guerreiro nos enterramentos de chefes, onde foram encontrados carros de quatro rodas (possivelmente utilizados em combates) e armas (punhal, flechas e lanças), as quais eram usadas não apenas no combate à distância ou corpo-a-corpo, mas também na caça — atividade que preparava o guerreiro.

Vemos, portanto, que o prestígio advinha e era reafirmado através da posse de bens de prestígio, transformados em símbolos de poder capazes de legitimar a posição sócio-política da aristocracia, principalmente em virtude de seu caráter singular e raro dentro da sociedade de Hallstatt.

Por tudo isso, podemos inferir que na sociedade de Hallstatt, durante os séculos VI e V a.C., a aristocracia celta e o chefe procuram construir sua base de poder por meio da aquisição de bens de prestígio — não só aqueles vindos de Massália como também os de produção própria — utilizando-os como capital político-simbólico, tornando-os símbolos de seu poder e prestígio. Um poder que precisa ser legitimado para que seja reconhecido e possa ser de fato exercido.

Por último, devemos enfatizar que não apenas o poder do chefe e de sua linhagem deve ser legitimado, mas também a própria hierarquização e a desigualdade social têm de ser legitimadas. Ressalta-se, enfim, que é nesta rede de relações hierarquizantes que a amizade ritualizada produz distinções materiais e também simbólicas, quer entre os chefes de Hallstatt, quer entre os massaliotas.

Documentação Arqueológica

BIEL, J. *Der Keltenfürst von Hochdorf*. Stuttgart: Konrad Theiss, 1985.

_____. Influences méditerranéennes sur le site princier du Hohenasperg, près de Stuttgart. In: MOHEN, Jean-Pierre, DUVAL, Alain et ELUÈRE, Christiane(eds.). *Les Princes Celtes et la Méditerranée*. Paris: La Documentation Française, Rencontres de l'École du Louvre, 1988, pp.155-164.

- _____. La Cultura de Hallstatt Reciente en el Suroeste de Alemania. In: ALMAGRO-GORBEA, Martín (ed.). *Los Celtas: Hispania y Europa*. Madrid: Editorial ACTAS, 1993, pp.77-89.
- _____. Le Hohenasperg et l'habitat de Hochdorf. In: BRUN, Patrice et CHAUME, Bruno (dir.). *Vix et les Éphémères Principautés Celtiques — Actes du Colloques de Châtillon-sur-Seine*. Paris: Editions Errance, 1997, pp.17-22.
- JOFFROY, René. *L'Oppidum de Vix et la Civilisation Hallstattienne Finale dans l'Est de la France*. Paris: Société D'Édition "Les Belles Lettres", 1960.
- _____. Vix: Habitats et Nécropoles. In: DUVAL, P.M. et KRUTA, V. *L'Habitat et la Nécropole à l'âge du Fer en Europe Occidentale et Centrale*. Paris: Librairie Honoré Champion, 1975, pp.71-74.
- MEGAW, J.V.S. The Vix Burial. *Antiquity*, 40, 1966, pp.38-44.
- VILLARD, F. Des vases grecs chez les celtes. In: MOHEN, Jean-Pierre, DUVAL, Alain et ELUÈRE, Christiane (eds.). *Les Princes Celtes et la Méditerranée*. Paris: La Documentation Française, Rencontres de l'École du Louvre, 1988, pp.333-341.

Bibliografia

- ARAFAT, K. and MORGAN, C. Athens, Etruria and the Heuneburg: mutual misconceptions in the study of Greek-barbarian relations. In: MORRIS, I. (ed.) *Classical Greece — Ancient histories and modern archaeologies*. Cambridge: Cambridge University Press, New Directions in Archaeology, 1994, pp.108-134.
- ARCELIN, P. Société Indigène et Propositions Culturelles Massaliotes en Basse Provence Occidentale. In: Marseille grecque et la Gaule, Collection *Études Massaliètes*, vol.3, Aix-en-Provence, A.D.A.M. Éditions et Université de Provence, 1992, pp.305-336.
- BARAY, L. Les Résidences Princières comme "Port of Trade": Essai de Modélisation. In: BRUN, Patrice et CHAUME, Bruno (dir.). *Vix et les Éphémères Principautés Celtiques — Actes du Colloques de Châtillon-sur-Seine*. Paris: Editions Errance, 1997, pp.251-286.

- BATS, M. Marseille, les colonies massaliètes et les relais indigènes dans le trafic le long du littoral méditerranéen gaulois (VIe-Ier s. av. J.-C.). In: Marseille grecque et la Gaule, Collection *Études Massaliètes*, 3, Aix-en-Provence, A.D.A.M. Éditions et Université de Provence, 1992, pp.263-278.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, s/d, pp.07-16 e 163-202.
- BRUN, P. L'influence Grecque sur la Société Celtique non Méditerranéenne. In: Marseille grecque et la Gaule, Collection *Études Massaliètes*, vol.3, Aix-en-Provence, A.D.A.M. Éditions et Université de Provence, 1992, pp.389-399.
- _____. From Chieftdom to State Organization in Celtic Europe. In: ARNOLD, B. and GIBSON, D.B. (ed.) *Celtic Chieftdom, Celtic State*. Cambridge: Cambridge University Press, New Directions in Archaeology, 1995, pp.13-25.
- BÜCHSENSCHÜTZ, O. Les habitats hallstattiens et la Méditerranée. In: MOHEN, Jean-Pierre, DUVAL, Alain et ELUÈRE, Christiane (eds.). *Les Princes Celtes et la Méditerranée*. Paris: La Documentation Française, Rencontres de l'École du Louvre, 1988, pp.165-175.
- _____. The significance of major settlements in European Iron Age Society. In: ARNOLD, B. and GIBSON, D.B. (ed.) *Celtic Chieftdom, Celtic State*. Cambridge: Cambridge University Press, New Directions in Archaeology, 1995, pp.53-63.
- _____. The Celts in France. In: GREEN, M. *The Celtic World*. London: Routledge, 1995, pp.552-580.
- CHAMPION, T. Power, politics and status. In: GREEN, M. *The Celtic World*. London: Routledge, 1995, pp.85-94.
- CHAUME, B. Vix, le Mont Lassois: état de nos connaissances sur le site princier et son environnement. In: BRUN, Patrice et CHAUME, Bruno (dir.). *Vix et les Éphémères Principautés Celtiques — Actes du Colloques de Châtillon-sur-Seine*. Paris: Éditions Errance, 1997, pp.251-286.
- CUNLIFFE, B. *Greeks, Romans and Barbarians*. London: Batsford, 1988, pp.12-37.
- _____. *The Ancient Celts*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

- DIETLER, M. Greeks, Etruscans and thirsty barbarians: Early Iron Age interaction in the Rhône Basin of France. In: CHAMPION, T.C. (ed.) *Centre and Periphery: Comparative Studies in Archaeology*. London: Routledge, 1989, pp.127-141.
- _____. Commerce du Vin et Contacts Culturels en Gaule au Premier Age du Fer. In: *Marseille grecque et la Gaule*, Collection *Études Massaliètes*, 3, Aix-en-Provence, A.D.A.M. Éditions et Université de Provence, 1992, pp.401- 410.
- _____. Early "Celtic" socio-political relations: ideological representation and social competition in dynamic comparative perspective. In: ARNOLD, B. & GIBSON, D.B. (ed.) *Celtic Chieftdom, Celtic State*. Cambridge: Cambridge University Press, New Directions in Archaeology, 1995, pp.64-71.
- FINLEY, M.I. *The World of Odysseus*. London: Penguin Books, 1991.
- FRANKENSTEIN, S. *Arqueología del Colonialismo — El impacto fenicio y griego en el sur de la península Ibérica y el suroeste de Alemania*. Barcelona: Crítica, 1997.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989.
- GREEN, M. *The Gods of the Celts*. Gloucestershire: Sutton Publishing, 1997.
- JOPE, M. The social implications of celtic art. In: GREEN, M. *The Celtic World*. London: Routledge, 1995, pp.376-410.
- LENERZ-de WILDE, M. The Celts in Spain. In: GREEN, M. *The Celtic World*. London: Routledge, 1995, pp.533-551.
- MOHEN, J-P. A Propos des tombes à Char du premier âge du Fer. In: *La Civilisation de Hallstatt bilan d'une rencontre*. Liège: Etudes et Recherches Archéologiques de l'Université de Liège, n°36,1989, pp.193-200.
- OLIVEIRA, R.C. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, pp.33-54.
- OSBORNE, R. Pots, Trade and the Archaic Greek Economy. *Antiquity*, 70,1996, pp.31- 44.
- PIGGOTT, S. Horse and Chariot: the Price of Prestige. In: EVANS, D.E., GRIFFITH, J.G. and JOPE, E.M. (eds.). *Proceedings of the Seventh*

- International Congress of Celtic Studies*. Oxford: Oxbow Books, 1986, pp.25-30.
- POLANYI, K. La economía como actividad institucionalizada. In: POLANYI, K., ARENSBERG, C.M. Y PEARSON, H.W. (dir.) *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitaria, 1976, pp.289-316.
- REDE, M. Terra e Poder na Antiga Mesopotâmia — Uma Antropologia Histórica entre os “Primitivos” e os “Modernos”. *Phoënix*, Rio de Janeiro, Sette Letras/LHIA-UFRJ, 1996, pp.109-134.
- ROLLEY, C. Le Rôle de la Voie Rhodanienne dans les Relations de la Gaule et de la Méditerranée (VIIe-Ve s. av. J.-C.) In: *Marseille grecque et la Gaule*, Collection *Études Massaliètes*, 3, Aix-en-Provence, A.D.A.M. Éditions et Université de Provence, 1992, pp.411-418.
- ROMAN, Danièle et Yves. *Histoire de la Gaule*. Paris: Editions Fayard, 1997.
- SHEFTON, B.B. Massalia and Colonization in the North-Western Mediterranean. In: TSETSKHLADZE, G.R. & DE ANGELIS, F. *The Archaeology of Greek Colonization*. Oxford: Oxford University Committee for Archaeology, Monograph 40, 1994, pp.51-86.
- THEML, N. (1998a) *Philia e Relações de Grupos Informais em Atenas Vº-IVº séc.a.C.* Rio de Janeiro, 1998. (mimeo)
- _____. (1998b) *O Público e o Privado na Grécia do VIII ao IV séc.a.C. — o modelo ateniense*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.
- VILLARD, F. *La Céramique Grecque de Marseille VIe-IVe siècle: essai d'histoire économique*. Paris: Editions E. de Boccard, Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, vol.195, 1960, pp.107-161.
- WAIT, G.A. Burial and the Otherworld. In: GREEN, M. *The Celtic World*. London: Routledge, 1995, pp.489-511.
- WEINER, A.B. Cultural Difference and the Density of Objects. *American Ethnologist*, 21(1), 1994, pp.391-403.
- WELLS, P.S. *Culture Contact and Culture Change: Early Iron Age Central Europe and the mediterranean World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- _____. Mediterranean Trade and Culture Change in Early Iron Age Central Europe. In: CHAMPION, T.C. and MEGAW, J.V.S. (eds.).

Settlement and Society: Aspects of West European Prehistory in the First Millenium B.C. Cambridge: Leicester University Press, 1985, pp.69-89.

_____. Trade and Exchange. In: GREEN, M. *The Celtic World*. London: Routledge, 1995, pp.230-243.

Notas

¹ Massalía, atual Marselha, foi fundada em 600 a.C. por mercadores focueus.

² A zona ocidental de Hallstatt corresponde à região da Europa Central (o Sudoeste da Alemanha, o Leste da França e o Norte da Suíça) ocupada pelas tribos celtas da cultura de Hallstatt, que corresponde à Primeira Idade do Ferro dos celtas.

³ Em nosso estudo, utilizamos o conceito de cultura de Geertz (1989, p.103), que a concebe como “...um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”. Contudo, ao contrário de Geertz, consideramos que o aspecto simbólico da cultura não pode ser considerado separadamente do contexto sócio-histórico, no qual as formas simbólicas estão inseridas e onde foram construídas/ produzidas.

⁴ Passaremos a designar as tribos celtas da zona ocidental de Hallstatt como sociedade de Hallstatt.

⁵ O conceito “*Fürstensitz*” foi elaborado por Kurt Bittel e Adolf Rieth para designar os ricos assentamentos fortificados, sendo que muitos autores associam as fortalezas ou centros principescos à idéia de cidades (*oppida*), pois interpretam o planejamento destes assentamentos como uma prática urbanística. Porém, segundo Büchschütz (1995, p.53), só podemos considerar a existência desta prática entre os celtas a partir da época de La Tène.

⁶ Os “centros principescos” são caracterizados como assentamentos fortificados, geralmente planejados, abrangendo entre 1 e 10 ha, centralizadores da produção (por possuírem silos para armazenagem dos excedentes da produção destinados às trocas) e, talvez, fossem residências dos chefes.

⁷ Esta denominação é utilizada por Frankenstein (1997) para designar os chefes locais que eram subordinados aos chefes soberanos (que controlavam os “centros principescos”) por laços de lealdade e por alianças.

⁸ Frankenstein (1997, p.235) considera que o casamento era um meio de estabelecer alianças entre as linhagens, mas que não haveria um intercâmbio recíproco de mulheres; o que criaria a necessidade de compensar-se a linhagem pela perda de

um membro fértil. Assim, gerava-se uma série de trocas de mulheres e de bens de prestígio, que circulavam em sentidos contrários. Porém, não há quaisquer evidências que ratifiquem esta hipótese.

⁹ Em sua maioria ânforas com vinho e pratos de pasta cinza típicos de um ateliê massaliota (Villard, 1988, pp.337-339).

¹⁰ Brun (1992, p.395) propõem que os principados do período final de Hallstatt “... *teriam sido despojados de seu papel pela concorrência do Tessin, do Reno médio, da Champagne e do Berry*”.

¹¹ O hidromel era uma bebida feita a partir da mistura de mel com água, fermentada, segundo Biel (1985, p.130), com mais de cem tipos de ervas, algumas trazidas de lugares distantes.

¹² A hospitalidade podia criar tanto laços pessoais de amizade, quanto laços formais de aliança política e militar entre tribos, *pólis* e/ou Impérios (Finley, 1991, p.102).

¹³ As louças para banquete, por exemplo, já existiam na zona Norte-Alpina desde o século XIV a.C. (Brun, 1992, p.394).

¹⁴ A densidade simbólica de um objeto é definida por Weiner (1994, *passim*) como sendo o valor simbólico socialmente atribuído a determinados bens de distinção social e política.

¹⁵ Entendemos capital simbólico, da mesma forma que Bourdieu (1989, p.145), como “... *capital (...) conhecido e reconhecido como algo de óbvio*”, ou seja, como símbolos reconhecidos de distinção (social, política, etc.).

¹⁶ Wells (1980, p.54 e p.72) embasa essa perspectiva num trecho de Heródoto (I. 70), onde este menciona uma enorme cratera de bronze confeccionada pelos lacedemonios para oferecer como presente a Cresos.

¹⁷ Essa produção artesanal local denota uma especialização de ofícios, a presença de artesãos especializados no fabrico de bens luxuosos a serviço dos chefes celtas, como sugere Biel (1985, p.91).

¹⁸ Dentre os bens ricamente ornados, destacamos o carro de quatro rodas todo ornado em ferro, as jóias em ouro e a taça em forma de chifre feita em ferro com aros de ouro encontrados na tumba de Hochdorf.

¹⁹ Dentre os bens mais simples, podemos destacar os brincos e berloques pequenos feitos em bronze encontrados em Vix e em Mont Lassois.